

**A VIDA RURAL NA “MIRA” DA MODERNIZAÇÃO
CONSERVADORA: UM DIÁLOGO COM
PROPRIETÁRIOS RURAIS E O JORNAL
CORREIO DE UBERLÂNDIA, 1960-1985**

*Luciana Lilian de Miranda **

RESUMO

Buscamos, por meio deste artigo, propor uma discussão acerca da política elaborada e implementada no campo nos anos de 1960 a 1985, partindo das vivências de proprietários rurais (pequenos, médios e grandes) de Uberlândia. Nesse sentido, visamos apreender o processo de mudança das relações sociais de produção na agricultura da região. Da mesma forma, atentamos para o discurso governamental, divulgado por meio dos pronunciamentos e propagandas oficiais. Nos voltamos, ainda, para o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), institucionalizado em 1965, o qual representou a principal base de sustentação dessa política. A partir disso, perseguimos os custos sociais envolvidos nesse projeto, que marginalizou e excluiu grande parte da população rural do país.

PALAVRAS-CHAVE: vivências, proprietários rurais de Uberlândia, política agrícola.

ABSTRACT

In this paper we propose a discussion about the country policy implemented between 1960 and 1985. We base it on the experiences of landowners in Uberlândia, aiming to understand changes in the production social relations on the agriculture of this region. At the same time we focus our discussion on both the government discourse and the National Agrarian Credit System (SNRC) created in 1965, which represented the

* Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia.

main support for this policy. Also, we analyze the social costs of this project, which excluded great part of country's population.

KEYWORDS: experiences, Uberlândia landowners, agrarian policy.

Óia, eu tô muito satisfeito de vivê no campo. Muito mesmo, porque eu não tenho cultura nenhuma. Si fô pra mim trabalhá no Uberlândia assim, por exemplo, é dificio porque precisa duma leitura, eu não tenho. E aqui eu pratiquei com o serviço. Eu acho bem melhor no campo.¹

No presente trabalho nos propomos a apresentar uma das discussões que compuseram a nossa dissertação de mestrado, com algumas modificações. A reflexão mais ampla buscou construir uma leitura, partindo das vivências de proprietários rurais (pequenos, médios e grandes) da região de Uberlândia, acerca da política agrícola modernizadora implementada no campo brasileiro, nos anos de 1960 a 1985. Procuramos, ainda, recuperar os projetos em disputa nesse momento histórico, que apresentavam diferentes interpretações em relação à realidade rural brasileira.

Compreender os significados atribuídos a essa política modernizadora por diferentes categorias de proprietários rurais da região de Uberlândia, é a questão norteadora desse artigo. Procuramos, ainda, perceber como o Jornal Correio de Uberlândia veicula essas práticas modernizadoras, por meio de propagandas, artigos, entrevistas, reportagens, enquanto um agente social que constitui e institui o processo de construção da memória

¹ Sr. Vivaldo Alves Gomes, 61 anos em 2001, casado, proprietário rural (pequeno). Entrevista realizada em 24/11/2001, no seu sítio próximo a Uberlândia.

dessa política governamental. Tal política foi implementada nos anos de 1960, num momento de intensa disputa presente na sociedade brasileira em torno dos problemas vivenciados no campo.

Ao folhear as páginas do jornal deparei-me com um artigo de um médico-veterinário² que contava um fato ocorrido de forma interessante e bastante irônica. Segundo o autor, o mesmo teria ocorrido na cidade de Divinópolis, Minas Gerais, com um técnico-supervisor da ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural)³ naquela cidade.

O colega (técnico) estaria visitando alguns fazendeiros da região, procurando orientá-los na plantação de capim e na silagem do vegetal. Um dos fazendeiros, apelidado pelo veterinário de “Coronel Tibúrcio”, mostrou-se indignado com aquelas instruções. O coronel dizia ao técnico: – *Quem planta capim é Deus. E, se só quem planta capim é Deus, seria pecado o homem subestimar o trabalho divino, plantando capim com suas mãos pecaminosas.* Em relação à silagem disparou: – *onde já se viu enterrar capim? Enquanto o gado não tem o que comer direito, o senhor manda a gente enterrar capim. Doutor, Deus há de castigá-lo por isso.*

O técnico ainda tentara argumentar com o sr. Tibúrcio, dizendo que *Deus estava precisando de um pouco de descanso, afinal já havia feito esse mundão* e os pecuaristas deveriam estar preparados, caso ocorresse uma seca. No entanto, nada mudou a opinião de tal fazendeiro. Passado algum tempo, o fazendeiro meio sem jeito foi ao escritório da ACAR e pediu umas mudas de capim. Um pouco surpreso, o técnico lhe perguntou: – *Ué seu*

² ANSELMO, Fábio Paceli. “As idéias do Coronel Tibúrcio”, *Correio de Uberlândia*. Ano XXVIII, n° 10.048, 16-17/07/1965, p. 05.

³ A ACAR foi criada em Minas Gerais em dezembro de 1948, por intermédio de um convênio entre a American International Association for Economic and Social Development (AIA), instituição americana fundada pela família Rockefeller, e o governo do Estado. Na primeira metade dos anos de 1950, associações semelhantes foram criadas em outros Estados, com o apoio dos governos federal e estadual. Em 1974, as ACAR(s) foram substituídas pelas EMATER(s), Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural. In: GUEDES PINTO, Luís Carlos. *Notas sobre a Política de Crédito Rural*. Campinas/SP: UNICAMP (versão preliminar para discussão), 1980, p. 289.

Tibúrcio, quem planta capim não é Deus?. E o “coronel” respondeu enfaticamente: – É! Acontece que eu resolvi dar u’a mãozinha prá ele.

Este caso foi contado pelo então veterinário responsável pela coordenação da Campanha Antiaftosa na região, com o objetivo de expor os obstáculos enfrentados pelos profissionais da área em convencer os agricultores a adotarem novas técnicas na produção.

A partir de 1964, começamos a perceber um número expressivo de publicações de agrônomos e veterinários, apresentando orientações aos “homens” do campo no que se referia ao preparo adequado do solo, utilização de corretivos, uso de fertilizantes, sementes híbridas, cuidados com o rebanho⁴, dentre outras.

Apesar dos esforços concentrados pelos governos estaduais e federal, os quais trataremos a seguir, no sentido de modernizar as relações de produção agropecuárias, esse processo ocorreu de maneira lenta e parcial. Um dos fatores mais apontados pelos técnicos governamentais como obstáculo para se estabelecer mudanças na forma de se produzir, seria a forte resistência por parte dos agricultores. Para eles esses produtores demoravam a ceder ou mostravam-se irredutíveis.

As reelaborações dos nossos entrevistados⁵ acerca das suas vivências no campo indicam os diferentes caminhos que os conduziram a ter reservas ou não, no que se remeteu às novas

⁴ Cf., por exemplo, ANSELMO, Fábio Paceli. Um Bilhão para Aftosa: Triângulo Zona Prioritária. *Correio de Uberlândia*. Ano XXVIII, n° 10.097, 10-11/10/1965, p. 05. NETO CASTRO. Calagem e Produtividade. *Correio de Uberlândia*. Ano XXXIV, n° 11.105, 21/08/1970, p. 07. BENKO NETO, João. Caracteres de uma boa vaca leiteira. *Correio de Uberlândia*. Ano XXXIV, n° 11.147, 05/11/1970, p. 07.

⁵ Para cumprirmos um dos propósitos do nosso trabalho que era o de recuperar as diferentes vivências da política agrícola modernizadora, fizemos a escolha de entrevistar pequenos, médios e grandes proprietários com mais de 55 anos. Naquele momento acreditávamos que um universo mais diversificado, com diferentes trajetórias e condições de vida, poderia ampliar e enriquecer o nosso leque de questionamentos. Os critérios para se estabelecer a qual segmento cada proprietário deveria ser inserido foram inspirados na metodologia dos Censos Agropecuários do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 1960, 70, 80 e 85, no que se refere à extensão das terras. Segundo essa metodologia, os pequenos teriam

técnicas disseminadas no período. Diante disso, foi possível perceber a incorporação de aspectos da memória oficial modernizadora por esses proprietários, assim como, a ressignificação desses elementos de acordo com a trajetória dos mesmos.⁶

O sr. Vivaldo Alves Gomes, cuja fala foi destacada na epígrafe desse trabalho, estava com 61 anos quando a entrevista foi realizada. Ele possui uma pequena propriedade rural de, aproximadamente, 13 hectares, onde sempre morou com a sua família. Atualmente, vive nessa propriedade apenas com a sua esposa. Desde que adquiriu o sítio, no início dos anos de 1960 por meio de herança familiar, dedicou-se ao cultivo de hortaliças, frutas e legumes (banana, abóbora, tomate etc.) e a um pequeno rebanho bovino.

A mão-de-obra sempre foi familiar e depois que os cinco filhos se casaram, estes se mudaram para a cidade ou para outras propriedades. Dessa forma, esse agricultor passou a contar somente com a ajuda de sua esposa, recorrendo a algum ajudante esporadicamente. O sr. Vivaldo é associado a CALU (Cooperativa Agropecuária de Uberlândia) e ao Sindicato Rural de Uberlândia. Possui pouca instrução formal, cursou apenas os primeiros anos do ensino fundamental, dizendo conhecer somente um pouco dos números. Seus filhos, segundo ele, estudaram um pouco, mas não soube especificar o quanto. Disse assim: *Graças a Deus, deu pra mim dá uma leiturazinha pra eles e mantê mais ou menos*. Percebemos, assim, o quanto esse depoente valoriza a questão da escolarização, da instrução formal.

até 100 hectares, os médios até 1000 e os grandes a partir de 1000 ha. Entretanto, não consideramos apenas a referência do tamanho das propriedades, isto é, acrescentamos mais alguns elementos que perseguimos no roteiro das entrevistas, tais como: estrutura de trabalho (mão-de-obra), número de empregados, tipo de produção, quais as tecnologias utilizadas, dentre outros. É importante dizer, ainda, que a fala do próprio entrevistado dizendo se era um grande, médio ou pequeno proprietário foi considerada, tendo em vista que alguns se esquivaram ou divagaram ao responder essa pergunta.

⁶ “Cada pessoa conta não apenas o que fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (p. 82). In: KHOURY, Yara A. Narrativas Oraís na Investigação da História Social. *História e Oralidade: Projeto História*. São Paulo: EDUC, n.º 22: 79-103, junho, 2001.

Ele nos disse que teria obtido as primeiras informações a respeito dos agrônomos, os quais orientavam os agricultores na utilização de produtos químicos (defensivos, adubos, fertilizantes etc.), por intermédio das notícias do rádio:

A gente tinha um radiozinho funcionando a pilha, então a gente ouvia aquilo que tinha um agrônomo da EMATER [Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural] e coisa... conversava com eles e orientava fazia uma análise de solo coisa, mais a gente quase não utilizava. A gente ficava assim meio afastado desse pessoal. Eles num visitava a gente e a gente pra podê i lá procurá eles... pensava ah, mais eles num vai vim. Num me cunhece, eu sô pequenininho, então a gente ficava afastado. Ficava com medo de procurá.⁷

Esse depoimento aponta para um certo distanciamento entre os agricultores e os profissionais responsáveis pela assistência rural. O sr. Vivaldo demonstra que havia receio e acanhamento em se procurar esses profissionais, até mesmo um “medo” de não ser bem recebido. Assim como, o fato de ser um pequeno proprietário (“pequeninho”) representaria um motivo de desqualificação para procurar o agrônomo.

Cabe a nós questionarmos o porquê desse distanciamento. Na historinha do “coronel Tibúrcio” estão presentes algumas pistas para entendermos essa questão. Ficou clara a imagem que esses especialistas, os quais eram ao mesmo tempo agentes da modernização rural, tinham dos “homens” do campo. Para eles, os agricultores eram teimosos, ignorantes e acomodados, por isso, pouco capacitados para entender os benefícios que as inovações sugeridas poderiam proporcionar.

Martins destaca que essa imagem reforçava o estereótipo do “caipira” rotineiro, preguiçoso, cheio de vermes e analfabeto, muito bem representado pelo personagem do escritor Monteiro

⁷ Sr. Vivaldo Alves Gomes, entrevista realizada em 24/11/2001.

Lobato: o Jéca Tatu. A visão de atraso da população do campo, segundo a perspectiva dos “modernos homens da cidade”, justificativa a ação modernizadora.⁸

Um dos engenheiros agrônomos do escritório da ACAR de Uberlândia, João Benko, falava numa distância cultural entre os dois mundos que constituíam a cidade e o campo.⁹ A cidade seria o centro do conhecimento, onde estavam as universidades, compostas por um universo cultural em que as pessoas mostravam-se receptivas à tecnologia industrial e em contato com as recentes descobertas. Dentro dessa visão, a sociedade urbana estaria aberta à redefinição de valores e conceitos. No campo, afirmava Benko, os mesmos valores perpetuavam-se por várias gerações. Dessa forma, os agricultores tornaram-se conservadores, sentindo-se à parte de todas as conquistas da humanidade.

Tendo em vista essa concepção de campo e cidade, propunha-se um modelo de desenvolvimento que pudesse integrar esses dois setores. Essa integração dar-se-ia por meio da incorporação da população rural brasileira ao mercado, enquanto consumidora dos produtos industrializados e, também, como fornecedora de matéria-prima para as indústrias. Como podemos perceber, a política de modernização da agricultura brasileira foi constituída articulada aos interesses de alguns segmentos dominantes da sociedade brasileira nesse dado momento histórico.

Algumas propagandas lançadas pelos governos federal e estadual (MG), divulgadas pelo jornal *Correio de Uberlândia*, traziam mensagens à sociedade que reforçavam a visão de atraso no meio rural, contribuindo, ao mesmo tempo, para a constituição do ideário modernizador. Observemos a propaganda:

⁸ Cf. MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975, p. 26.

⁹ BENKO NETO, João. Agricultor: é necessário despertar. *Correio de Uberlândia*. Ano XXXIV, n° 11.127, 01/10/1970, p. 04.



1 "Era uma vez o benzedor". In: *Correio de Uberlândia*, ano XXXV, n° 11.360, 19/11/1971, p. 07.

1 *Gente, vamos arrumar um verdadeiro trabalho para o benzedor. Afinal de contas, ele, também é filho de Deus. Se for muito velho, merece uma aposentadoria. Desde que não mexa com o gado. Esta é a melhor prova de amor ao seu rebanho, pois aftosa se combate, mesmo, é com vacina.*

O homem que representa o benzedor na gravura aparenta estar meio desolado, ao afastar-se do rebanho bovino. A maneira como o gado posiciona-se atrás do benzedor parece sugerir que o gado estaria “tocando” o mesmo, ou seja, conduzindo-o a ir embora.

Era comum nessa época a prática de se levar o benzedor local às plantações e aos rebanhos para que ele pudesse, por meio do ritual da benção, protegê-los de qualquer mal (pragas, falta de chuvas, doenças, etc.). Lembro-me da minha infância no campo, final dos anos de 1970 e início de 1980, de ouvir comentários que agricultores vizinhos apelavam para a benção, principalmente, quando não chovia.

A propaganda, promovida pelo Ministério da Agricultura e a Secretaria da Agricultura de Minas Gerais, recorreu a uma prática usual entre os agricultores do período para identificar o “atraso” dessas crendices e difundir uma medida considerada racional e eficiente no combate à febre aftosa: a vacina. Os agricultores deveriam, portanto, “aposentar” o benzedor e demonstrar o seu

“amor” pelo gado, vacinando-o. Atentemos, ainda, para a propaganda a seguir.



2 "Vacinar Re-vacinar...". In: *Correio de Uberlândia*, ano XXXV, n° 11.369, 05/12/1971, p. 05.

2 Aliás, aqui prá nós, não há milagre nenhum. Se v. usa de quatro em quatro meses, seu rebanho cada vez melhora mais. A criação vive, cresce, engorda e se multiplica. E que beleza para os olhos e para o bôlso, é um rebanho sadio. Combata a aftosa! Vacinar é investir!

Podemos ver a imagem das vacinas sendo aplicadas no gado, trabalhando de uma outra forma a idéia da vacinação contra aftosa. Ao lado disso, apresenta informações mais técnicas, especificando o período a ser feita a aplicação no rebanho.

Retomando o depoimento do sr. Vivaldo, é interessante que recuperemos a mudança de posicionamento desse pequeno proprietário em relação aos profissionais responsáveis pela assistência técnica e extensão rural. O entrevistado disse que mudou a sua maneira de pensar quando começou a perceber a qualidade dos produtos colhidos por alguns dos seus colegas agricultores. Ao questioná-los, ficaria sabendo que os mesmos haviam recebido orientações de agrônomos da EMATER:

– *Oh, o dr. fulano teve lá em casa, orientô, mudei a forma do adubo, então deu esse milho bonito aí. Procura ele, que ele te orienta. Aí procurei. Melhorô. Mudei. Hoje se não tivé junto com o agrônico [agrônomo] não produz nada hoje.*¹⁰

Dois aspectos foram fundamentais nessa aproximação entre agricultores e agrônomos: o fato destes profissionais terem se deslocado até as propriedades rurais e as indicações feitas pelos produtores aos seus colegas. Dessa forma, amenizou-se o distanciamento entre esses agentes modernizadores e os “homens” do campo. Percebemos que essa troca de vivências entre os produtores foi importante no processo de incorporação das novas tecnologias.

No entanto, devemos insistir na parcialidade e morosidade no que se refere a propagação dessas medidas modernizantes, principalmente, entre os pequenos proprietários. Os outros quatro entrevistados desse mesmo segmento (senhores José Fernandes, Waldemar, Diógenes e senhora Ernezieta) mostraram-se um tanto quanto indiferentes a utilização de produtos químicos e a aquisição de máquinas agrícolas, na maior parte do período em questão: *Não, só mexia era com animal mesmo de tração animal, carpidêra, tudo fazia com tração animal.*¹¹ *É que ninguém usava... não usava, [adubo e fertilizante] naquele tempo.*¹²

Ao nosso ver, essa questão encontrava-se relacionada à política de crédito rural, a qual discutiremos um pouco mais à frente.

Dentre os grandes e médios proprietários entrevistados, o acesso às modernas técnicas de produção apresentou significados diferenciados. O sr. Antônio José de Almeida é um proprietário rural de médio porte. Ele é casado e tinha 58 anos na época da entrevista. Comprou uma propriedade de 200 ha nos anos de

¹⁰ Sr. Vivaldo Alves Gomes.

¹¹ Sr. Waldemar Rodrigues Gomes, 68 anos, casado, proprietário rural (pequeno) em entrevista realizada em 23/11/2001, no seu sítio próximo à Uberlândia.

¹² Sr. Diógenes Pereira Carrijo e sua esposa, Ernezieta Fernandes Pereira, proprietários rurais (pequenos), 68 e 66 anos, respectivamente. Entrevista realizada em 09/12/2001, na residência do casal em Uberlândia.

1960 e ampliou-a desse período até os dias atuais para 700 e tantos ha, como afirmou: *As minhas terra foi adquirida assim parceladamente, né. Primeiro eu comprei 200 e poucos hectares e daí fui comprando, de maneira que ganhava uns troco e ia comprando.*¹³

Passou grande parte da infância e da juventude no campo. Morou cinco anos na propriedade com a família, de 1980 a 1985. Depois desse período mudou-se para Uberlândia. Nos anos 60, produziu milho, arroz e feijão e na década de 1970 passou a dedicar-se à pecuária de corte e leiteira. Desde então, começou a vender o leite para a CALU e a carne para frigoríficos.

Afirmou ter trabalhado sempre como um administrador dos serviços rurais na sua propriedade, possuindo vários empregados. É associado ao Sindicato Rural de Uberlândia e fazia parte da diretoria da instituição no período do depoimento. O nosso entrevistado concluiu o ensino fundamental e os seus dois filhos são formados, um em medicina e outro em odontologia.

Em suas declarações o sr. Antônio expressou uma certa assimilação das idéias propagadas pela memória da política modernizadora ao mencionar os avanços proporcionados pelas novas tecnologias: – *Na época, foi uma revolução muito grande, porque o aumento da produção foi muito grande.*¹⁴

No entanto, esse proprietário remeteu-se ao subsídio concedido pelo governo àqueles que usassem adubo, nos anos de 1970, como o principal incentivo para que os agricultores “aprendessem” a trabalhar com o novo insumo. Ao mesmo tempo, apontou para as dificuldades em se adquirir os produtos químicos sem o subsídio governamental: *Depois que deixou de ser subsidiado, nós tivemos que comprar.*¹⁵

Essa é uma questão importante para nossa discussão, ou seja, além da divulgação de propagandas e pronunciamentos ofi-

¹³ Sr. Antônio José de Almeida, proprietário rural (médio), casado, 58 anos em 2002. Entrevista realizada no dia 15/01/2002, no Sindicato Rural de Uberlândia.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Ibidem.

ciais, veiculados pelo jornal, visando a utilização das novas técnicas no meio rural, eram muitas as facilidades enfatizadas nessas matérias para a aquisição desses produtos. Vejamos as propagandas a seguir:



3 "Alimente quem lhe dá alimentos".

In: *Correio de Uberlândia*, ano XXXIV, n° 11.102, 16/08/1970, p. 8.

3 Você pode exigir tudo da terra. Mas dê algo em troca, além de amor. Dê fertilizantes. Corretivo de solo. Use sementes e mudas selecionadas. Inseticidas. O governo oferece crédito fácil com juros reduzidos, para você adquirir tudo isto. Dê tudo à terra. Ela retribuirá em dóbro. Com uma colheita maior. E de melhor qualidade. Acaricie a sua terra com um trator. Ela vai responder produzindo mais. O Governo está convocando os agricultores a ganharem mais dinheiro. Plantando. Existem 90 milhões de brasileiros para consumirem a sua produção. E existe o mercado externo, que o Brasil quer invadir, colocando os seus produtos. Participe dessa invasão. Ela dá dinheiro. Plante.

Observando as fotos dessas propagandas, podemos perceber que as imagens destacavam a utilização de máquinas agrícolas (trator e grade) na preparação da terra para o plantio. A propaganda acima procurava demonstrar o resultado alcançado pelo trabalhador ao usar a grade em conjunto com o trator, apresentando uma visão do solo gradeado.

Na imagem a seguir, focalizaram somente um trator e uma grade em tamanho ampliado, dispensando o agricultor. Dessa forma, parece sugerir uma certa onipotência da máquina, como se a mesma fosse mais importante que o próprio agricultor para a produção.



4 "O futuro está no chão". In: *Correio de Uberlândia*, ano XXXIV, nº 11.106, 23/08/1970, p. 05.

4 Cuide com carinho do seu chão. Plante. Da terra nasce a riqueza. Prepare a terra com amor. Quanto mais amor, mais lucro. Plante. O Governo está convocando todos os agricultores para aumentar a produção. Acaricie seu chão com um trator. Em troca, ele produzirá em dóbros. O Governo financia, com juros reduzidos e a longo prazo, a aquisição de implementos agrícolas. Alimente a terra. Com fertilizantes. Com mudas e sementes selecionadas. O Governo também lhe oferece crédito para isso. Plante. Existem 90 milhões de brasileiros para consumirem a sua produção. Não se contente. Também existe o mercado exterior, que o Brasil quer conquistar. Participe dessa conquista. Isso dá dinheiro. A riqueza está no chão. Plante.

Os conteúdos dos textos que acompanhavam essas imagens eram praticamente iguais. Os mesmos assumem um sentido metafórico, simulando uma relação amorosa entre o agricultor e a terra, na qual o uso dos insumos modernos representaria a base para o fortalecimento desse "amor".

Esse tipo de mensagem nos permite começar a esboçar o “esforço” modernizador promovido pelo Estado, visando introduzir novas tecnologias no campo. Esse “esforço” deve ser entendido a partir da correlação de forças sociais hegemônicas constituídas no pós-64, integradas ao grande capital monopolista. Os interesses desses setores sociais, que exerciam uma poderosa influência junto aos governos do período, favoreceriam o desenvolvimento de um complexo agroindustrial no país. Para isso, seria necessário estimular e acelerar as mudanças nas relações de produção na agricultura, potencializando a sua capacidade de consumir e prover (matérias-primas) o setor agroindustrial. Os grandes proprietários de terra associaram-se, em posição secundária, a esses interesses.

Para Sorj¹⁶, a expansão do complexo agroindustrial no Brasil teria sido possível em função do próprio crescimento da produção agrícola. Na década de 1950, a agricultura consumia uma quantidade expressiva de insumos e maquinarias modernas importadas, embora isso ocorresse de maneira bastante centralizada. Nesse momento, o Estado passou a intervir de forma a favorecer a consolidação da agroindústria nacional, por meio de medidas protecionistas.

O apoio maior ao setor teria ocorrido de maneira indireta, ou seja, por intermédio dos subsídios ao consumo dos produtos agroindustriais brasileiros. Esses subsídios estariam refletidos, ainda, no sistema de financiamento rural com juros negativos até a metade dos anos de 1970, o qual disponibilizaria aos agricultores os recursos necessários para a aquisição desses insumos modernos. No texto da propaganda apresentada e intitulada “O futuro está no chão”, essa questão protecionista tornou-se mais clara:

Cuide com carinho do seu chão. Plante... O govêrno está convocando todos os agricultores para aumentar a produção... O govêrno

¹⁶ SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, p. 29. Como nos indicou o autor, entendemos por complexo agroindustrial “o conjunto formado pelos setores produtores de insumos e maquinarias agrícolas, de transformação industrial dos produtos agropecuários, distribuição, comercialização e financiamento nas diversas fases do circuito agroindustrial”.

*financia, com juros reduzidos e a longo prazo, a aquisição de implementos agrícolas. Alimenta a terra. Com fertilizantes. Com mudas e sementes selecionadas. O governo também lhe oferece crédito para isso. Plante.*¹⁷

Com todas essas facilidades oferecidas pelo governo e divulgadas aos “quatro ventos” poderíamos chegar a pensar que os problemas do campo seriam resolvidos, ou seja, de acordo com essas propagandas tudo conspiraria a favor dos agricultores. O uso de uma tecnologia adequada possibilitaria, inclusive, a superação de grande parte das limitações impostas pela natureza à produção agropecuária. No entanto, um intenso movimento de migração campo-cidade com destaque para o Estado de Minas Gerais, principalmente no final dos anos de 1970, apontaria para os altos custos sociais embutidos nessa política agrícola modernizadora.

Uma das matérias selecionadas¹⁸ classificaria o êxodo rural como um dos maiores problemas do Estado mineiro. Nesse contexto, a figura do “Bóia-Fria” começou a ganhar maior visibilidade. O Bóia- Fria seria:

*Um homem de dois mundos, isto é, do mundo rural e do mundo urbano, porque, uma parte do ano ele a passa na cidade, vivendo do biscateio, do trabalho incerto, das atividades ocasionais, que se ajustam à sua desqualificação profissional e, na outra parte, ele retorna ao campo, para a faina rural do arroteamento da terra, ou da colheita de certos produtos que ainda exigem mão-de-obra abundante.*¹⁹

Podemos perceber que ao final dessa citação ressaltou-se que o cultivo de apenas certos produtos agrícolas exigia um grande número de trabalhadores. Esse seria um dos pontos importantes para a nossa discussão. A introdução das máquinas e dos produ-

¹⁷ O FUTURO está no chão. *Correio de Uberlândia*. Ano XXXIV, n° 11.106, 23/08/1970, p. 05.

¹⁸ BÓIAS Frias andam por todo o Estado. *Correio de Uberlândia*. Ano XL, n° 12.870, 15-16/01/1977, p. 02.

¹⁹ VASCONCELOS, Edgard de. O bóia-fria. *Correio de Uberlândia*. Ano XLI, n° 12.253, 26/08/1977, p. 04.

tos químicos acarretou uma diminuição da oferta de trabalho no campo. Dessa forma, contribuiu sobremaneira para esse movimento de saída da população do meio rural, que buscava alternativas para garantir a sua sobrevivência.

Devemos considerar que esse processo de expulsão de grande parte dos trabalhadores rurais foi intensificado pela modernização das técnicas produtivas. Usamos o termo expulsão, tendo em vista que essas pessoas não tinham mais como se manter por meio das atividades agropecuárias. Para a maioria não havia opção de escolha, por isso deixavam o campo.

O quadro de tensão criado desde o final dos anos de 1950 e início dos 60, quando a proposta de reforma agrária ganhava força no cenário nacional e o Estatuto do Trabalhador Rural foi aprovado, provocou reações por parte dos grandes proprietários que passaram a dispensar os trabalhadores rurais (parceiros, arrendatários, etc.) residentes no imóvel. Muitos desses trabalhadores migraram para as cidades ou se tornaram assalariados (volantes ou “Bóias-Frias”) da maneira convencional, recebendo em dinheiro pelo serviço realizado. Nesse sentido, a modernização poupadora de mão-de-obra atendeu aos interesses dos proprietários de terras e ao mesmo tempo contemplou o setor agroindustrial emergente.

Com a expulsão da mão-de-obra residente nas fazendas, os proprietários procuraram reduzir o uso do trabalho do “Bóia-Fria”, empregando-o somente nas culturas agrícolas difíceis de mecanizar. Como sabemos, a agricultura possui especificidades no que se refere à organização do processo de trabalho, dificultando a supervisão de um grande número de trabalhadores.

Diferentemente da indústria, na agricultura não há uma seqüência racionalizada estabelecida para as atividades, possibilitando uma maior dispersão por parte da mão-de-obra. Como afirmou Romeiro²⁰, o próprio caráter sazonal das plantações dificulta

²⁰ ROMEIRO, Ademar Ribeiro. A reforma agrária e distribuição de renda. In: STÉDILE, João Pedro (coord.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994, p. 122-123.

tal organização. Nesse sentido, os proprietários optaram por diminuir ao máximo a dependência em relação ao serviço volante, já que em última instância a qualidade do trabalho ficava sob a responsabilidade e interesse desses trabalhadores. Esses interesses seriam mínimos, devido aos salários miseráveis oferecidos e ao não cumprimento, na maioria dos casos, das exigências da legislação trabalhista.

Para Romeiro, a necessidade objetiva dos grandes fazendeiros em quimificar e mecanizar as atividades agropecuárias, visando reduzir significativamente a mão-de-obra volante, convergiu com os interesses da agroindústria e do pensamento compartilhado por alguns setores sociais sobre a necessidade de se elevar o nível tecnológico da agricultura brasileira:

Assim, as motivações profundas e reacionárias, que levaram os grandes proprietários a modernizar suas lavouras, se transmutaram aos olhos da sociedade em motivações progressistas fortemente apoiadas pelo Estado através de toda a sorte de subsídios e incentivos.²¹

Num primeiro momento, nos pareceria razoável a argumentação a favor da introdução de novas técnicas no meio rural, tendo em vista a necessidade colocada de se aumentar a produção para abastecer o mercado interno, com maior eficiência, e gerar divisas para o país exportando o excedente. O problema essencial é que essa modernização apresentou-se como uma opção de crescimento econômico que excluiu uma redistribuição das terras, pautando-se numa estrutura fundiária concentrada. A concentração das terras nas mãos de poucos proprietários, inviabilizando o acesso à terra para a maior parte da população rural, constituiu-se até os nossos dias como um dos principais geradores da miséria no campo.

Um ponto relevante para a discussão referente às novas tecnologias adotadas, basicamente centradas na mecanização

²¹ ROMEIRO, A. R., op. cit., p. 123.

e nos produtos químicos, nos remete aos interesses de mercado para as indústrias implantadas no país, em sua maioria multinacionais. Percebemos que houve um certo questionamento sobre a eficiência de uma tecnologia desenvolvida para a realidade rural de outros países.

Para alguns especialistas²², haveria a necessidade de se desenvolver uma tecnologia agrícola brasileira para os pequenos e médios agricultores, que fosse mais barata e mais próxima das dificuldades enfrentadas por esses produtores. Eles afirmavam, ainda, que o uso de tratores, fertilizantes e adubos era mais indicado para as grandes produções. Os grandes proprietários teriam maior facilidade de acesso a esses insumos, devido ao sistema de financiamento disponibilizado pelo governo. Ao lado disso, para esses especialistas, a tecnologia era mais eficiente para solucionar os problemas da grande produção, principalmente no que se referia aos custos com a mão-de-obra.

Em um artigo²³ publicado em 1980, a crítica ao privilegiamento conferido pelo governo ao setor agroindustrial apresentou-se de maneira mais direta. O autor questionou as diretrizes da política rural, cujas instruções técnicas enfatizavam o uso de pesticidas e herbicidas nas plantações, elevando excessivamente os custos da produção. Essas orientações foram, supostamente, destinadas a melhorar os índices de produção e de produtividade no campo.

No entanto, baseado no trabalho de um professor da ESALQ (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz-USP), o autor apontou os prejuízos causados ao meio ambiente por esses defensivos e levantou dúvidas a respeito da eficiência dos mesmos. Para ele, ao desconsiderar esses estudos e estimular os agricultores a consumirem tais insumos, o governo encontrava-se mais preocupado em aumentar os lucros dessas empresas.

²² Técnicos do Banco do Nordeste: John Houston Sanders Júnior e Antônio Dias Hollanda. In: Técnicos defendem adoção de uma nova tecnologia agrícola para o Brasil. *Correio de Uberlândia*. Ano XLI, n° 12.308, 13/01/1978, p. 04.

²³ COUTINHO, J. Ely V. Agricultores desconfiados. *Correio de Uberlândia*. Ano XLIII, n° 12.983, 27-28/09/1980, p. 06.

Não podemos nos esquecer que essas críticas começam a ser mais evidenciadas durante a fase de diminuição significativa dos subsídios e facilidades oferecidas pelo governo para a aquisição de tais produtos. No auge dos incentivos governamentais, até a metade dos anos de 1970, não nos deparamos com esse tipo de questionamento no jornal pesquisado.

Segundo Sorj, o complexo agroindustrial que se constituiu assumiu características semelhantes aos outros ramos da produção industrial no Brasil. Apresentou um alto grau de concentração, concorrência oligopólica, sendo controlado pelo capital monopólico estrangeiro e nacional. Entretanto, diferenciou-se dos outros setores industriais pelo fato da empresa estatal não ter ocupado um lugar relevante no interior desse complexo.²⁴

O predomínio de multinacionais no setor teria sido facilitado pela escassez de pesquisas nacionais acumuladas nessa área. Em função disso, as agroindústrias passaram a fornecer uma tecnologia produzida em outros países, a qual não correspondia totalmente às necessidades econômicas e ecológicas do Brasil. Segundo Sorj, essas características assumidas pelo complexo agroindustrial brasileiro devem ser compreendidas dentro de um contexto mais amplo. Ou seja, vinculadas à abertura da economia ao capital estrangeiro, a uma estrutura de distribuição de renda concentrada, aos subsídios estatais ao crédito agrícola e à repressão política vigente no período.²⁵

Diante das questões colocadas em torno dessa tecnologia agropecuária, acreditamos que a lenta propagação da mesma entre os agricultores, principalmente entre os pequenos e médios, não pode ser reduzida somente a um problema de resistência à mudança, de atraso ou de falta de instrução como afirmavam os técnicos governamentais.

Existiram outros entraves relacionados à difusão das técnicas modernas. Havia uma discrepância entre os altos custos desses

²⁴ SORJ, B., op. cit., p. 32.

²⁵ Ibidem, p. 33-35.

insumos e os preços dos produtos rurais. No entanto, essa diferença poderia ser contornada por meio do crédito rural fortemente subsidiado pelo governo até o final dos anos 70. De acordo com Kageyama:

Como resultado da política de crédito durante este período, os preços dos equipamentos e insumos industriais para a agricultura foram sensivelmente rebaixados, tornando 'racional' para os produtores sua utilização. Em 1976, por exemplo, o preço real dos fertilizantes foi o mais baixo registrado na década de 70; o dos tratores foi declinante no período 1967/77.²⁶

A política de modernização da agricultura brasileira foi estruturada a partir da expansão do crédito oficial, que ocorreu por meio da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965. Como podemos perceber, as propagandas lançadas pelo governo enfatizavam a sua disposição em oferecer crédito fácil e barato para que o agricultor pudesse modernizar-se e, com isso, aumentar a produção. Observemos mais uma propaganda que ressaltava a disponibilização de financiamento:



5 "Use Êste Adubo". In: *Correio de Uberlândia*, ano XXXV, n° 11.329, 26/09/1971, p. 04.

5 Dinheiro. Nada melhor para fortalecer a sua lavoura. Para modernizar o plantio. Para favorecer a colheita. Esta é a hora do lavrador. Quem planta e colhe tem direito a usar o dinheiro do Govêrno. Dirija-se a qualquer agência do Banco do Brasil. Ou a qualquer banco particular. Use o seu crédito a juros baixos. Para a aquisição de adubo, sementes selecionadas, corretivos de solo, máquinas e implemento de toda espécie. A palavra de ordem do Govêrno é esta: tódo prestígio ao lavrador. Use o dinheiro do Govêrno. Plante mais. Plante melhor.

²⁶ KAGEYAMA, Ângela (coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Gasques e Villa Verde (org.). *Agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 1996, p. 165.

Trata-se de um maço de notas de cem cruzeiros (Cr\$ 100,00) sobre o outro, somando-se dez mil cruzeiros (Cr\$ 10.000,00). Este representava o dinheiro do governo que deveria ser usado pelo agricultor: o melhor “adubo” para fortalecer a produção. Ao utilizar a metáfora do dinheiro como se fosse o melhor adubo, a propaganda sugere que o financiamento fortaleceria o produtor, assim como esse produto químico fortalece a terra, além de fazer menção ao uso desse produto em si.

O texto, ainda, dizia: *Quem planta e colhe tem direito a usar o dinheiro do Governo... Para modernizar o plantio. Para favorecer a colheita.* Na foto, o dinheiro parece ser maior do que o tamanho real das cédulas (hiper-realidade). Ao nosso ver, esse recurso foi utilizado para destacar, ainda mais, o grande volume de financiamentos destinados ao agricultor.

Até o início da década de 1950, como nos indicou Kageyama, a necessidade de capital-dinheiro no setor agrícola teria sido administrável devido à desmonetização parcial da produção. Essa questão estava associada às relações de produção “atrasadas”, ao baixo nível técnico e à produção de muitos insumos no interior do próprio estabelecimento rural. Nessa década iniciou-se o longo processo de mudanças das relações de produção no campo, consolidando-se somente nos anos de 1970. A partir disso, começou a aumentar a necessidade de se criar um padrão de financiamento que pudesse atender, de forma satisfatória, à nova dinâmica produtiva que estava sendo constituída. Dentro desse contexto foi criado o SNCR.²⁷

Antes desse sistema de financiamentos não havia uma linha de crédito especial para o conjunto da agricultura. Em 1937, foi fundada a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI). No entanto, os recursos disponibilizados pela

²⁷ KAGEYAMA, A., op. cit., p. 158-159. Em linhas gerais, essa nova dinâmica remeteu-se à integração do setor agrícola ao desenvolvimento industrial, por meio do consumo dos produtos agroindustriais e do fornecimento de produtos para essas empresas processarem. A autora citada interpretou esse processo de mudanças como um período de transição do complexo rural para os complexos agroindustriais.

CREAL e o número de contratos efetuados não foram significativos. Ao lado da Carteira, estabeleceram-se algumas fontes de financiamento privilegiadas vinculadas a determinados produtos (café e cana-de-açúcar, por exemplo), cujos interesses eram politicamente fortes.²⁸

Segundo Kageyama, com a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural, os recursos cresceram acentuadamente. O Banco Central estabeleceu duas resoluções que obrigavam os bancos comerciais a aplicarem 10% dos depósitos à vista em financiamento agropecuário. Os bancos impossibilitados de efetuar tal aplicação deveriam repassar esses recursos, por uma remuneração menor, ao Banco Central na conta do FUNAGRI (Fundo Geral para a Indústria e a Agricultura, também criado em 1965). Dessa forma, a expansão dos investimentos em crédito agrícola dependeria do crescimento da economia e da capacidade do Sistema Financeiro em transformar a massa monetária captada em depósitos à vista. As autoridades monetárias colaborariam ao complementar os recursos, de acordo com a demanda por financiamentos.²⁹

Segundo a legislação que regulamentou o SNCR foram especificadas três modalidades de crédito: custeio, investimentos e comercialização. O crédito de custeio destinou-se a cobrir as despesas normais de um ou mais períodos da produção agropecuária, isto é, desde o preparo da terra até o beneficiamento primário da produção. No caso da pecuária, seria destinado às despesas normais (aquisição de sal, arame, rações, vacinas, etc.) do período considerado.

A modalidade de investimentos voltar-se-ia para a aplicação em bens e serviços a serem usufruídos no curso de vários períodos. Os mesmos poderiam ser de capital fixo (pastagens, reflorestamento, eletrificação rural etc.) ou semi-fixo (máquinas, equipamentos, instalações, cujo desgaste ocorresse a curto e médio

²⁸ KAGEYAMA, A., op. cit., p. 158.

²⁹ *Ibidem*, p. 159.

prazos). O terceiro tipo de financiamento bancaria as despesas com estocagem, transporte, incumbindo-se da fase sucessiva à coleta da produção.³⁰ Eram objetivos específicos do crédito rural, previstos no Artigo 3º:

*Estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuados por cooperativas ou pelo produtor em seu imóvel rural. Favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e comercialização dos produtos. Possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente dos pequenos e médios. Incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando o aumento da produtividade, a melhoria do padrão de vida das populações rurais e a defesa adequada do solo.*³¹

As metas presentes na legislação atribuída ao crédito rural pareciam bastante coerentes, especialmente na ênfase dada ao fortalecimento prioritário dos pequenos e médios produtores e na melhoria do padrão de vida das populações rurais. No entanto, ocorreram sérias distorções desses objetivos previstos. Veremos quais as questões envolvidas no desvio dessas metas.

Quando questionado a respeito do crédito agrícola, se teve acesso a esse benefício, o sr. Vivaldo foi taxativo: – *Não, nunca fiz financiamento.*³² A resistência desse agricultor pode ser considerada significativa, tendo em vista as facilidades para a aquisição de financiamentos expostas nas propagandas governamentais e nas matérias com pronunciamentos de gerentes de Bancos de Uberlândia.³³ O nosso entrevistado apresentou os seus motivos:

³⁰ Cf. CAMPANHOLE, Adriano e Hilton L. *Legislação agrária*. São Paulo: Atlas, 1980, p. 439-440.

³¹ *Ibidem*, p. 436.

³² Sr. Vivaldo Alves Gomes.

³³ Cf., por exemplo, FINANCIAMENTO Banco do Brasil: Uberlândia e Região. *Correio de Uberlândia*. Ano XXXII, n° 10.777, 16/01/1969, p. 01. GOVÉRNO oferece à lavoura mais de 20 tipos de empréstimos. *Correio de Uberlândia*. Ano XXXIV, n° 11.908, 27/08/1970, p. 04. BANCO do Brasil tem crédito para a agricultura e pecuária da região. *Correio de Uberlândia*. Ano XXXVII, n° 12.101, 01/08/1973, p. 01.

Eu via comentário, né, de arguém que fez um financiamento comprô um trator, o outro comprô uma bomba de irrigação. A maior parte desses colega que fez esses financiamento descontrolô a situação. É fez o financiamento, mais depois quebrô. Não conseguiu pagá, porque era x na época mais depois subiu, uma taxinha coisa e tal ... o juro deu uma subida. O movimento dele não arcançô. Ele quebrô e foi preciso dele vendê umas vaca, foi preciso de vendê um arquero de chão, descontrolô a vida dele. Eu prestava atenção naquilo e falava:- eu só tenho esse pedacinho vô ficá quieto!. Vou comê do que eu tô ganhando.³⁴

Esse pequeno proprietário deixou bem claro o seu receio em relação ao crédito, isto é, o medo de perder o pouco que possuía para o banco. O sr. Vivaldo, provavelmente, referia-se ao período de declínio da política de financiamentos, pois fala em aumento da taxa de juros. Devemos enfatizar que até o final dos anos de 1970 o crédito era concedido a juros negativos. No entanto, podemos considerar que mesmo com os juros negativos os pequenos agricultores enfrentavam dificuldades para quitar os financiamentos.

Um dos motivos fundamentais para se compreender essas dificuldades da pequena produção seria a marginalização dos produtos de mercado interno (arroz, feijão, batata, mandioca, etc.) pela política modernizadora. Os pequenos agricultores, em sua maioria, dedicavam-se a esse tipo de produção. O governo impunha a fixação de preços máximos para esses produtos, visando o controle de tendências a elevação dos custos desses alimentos básicos. Ao lado disso, em casos de insuficiência na oferta dos mesmos, problema que atravessaria todo o período, o governo importava esses produtos para manter os baixos preços no abastecimento do mercado.

Nos deparamos com várias matérias no jornal na década de 1970, enfatizando o elevado custo de vida enfrentado pela popula-

³⁴ Sr. Vivaldo Alves Gomes.

ção das cidades, devido aos altos preços dos gêneros alimentícios³⁵, ao lado de reportagens que ressaltavam a diminuição do poder de compra do salário mínimo. Em 1976, um órgão de pesquisa mantido pelo sindicatos de trabalhadores de São Paulo, o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística), estimava que o salário mínimo do eixo Rio-São Paulo, naquele momento, equivalia a apenas 79% do então salário de 1970.³⁶

Segundo Romeiro³⁷, tendo em vista as condições precárias da pequena produção, alijada dos generosos incentivos governamentais e enfrentando os obstáculos impostos pela estrutura fundiária concentrada, o abastecimento de alimentos na zona urbana tornava-se gravemente comprometido. O governo investia na importação e no tabelamento dos preços desses produtos somente em momentos de ápice da crise de abastecimento. Na maior parte do tempo, a população pobre das cidades era obrigada a despende grande parte do seu salário com uma alimentação sofrível.

O crescimento da produção foi estimulado pela política modernizadora, mas houve um privilegiamento dos produtos exportáveis (café, soja, algodão, carne bovina, etc.). Guedes Pinto prefere usar a terminologia culturas mais dinâmicas, para denominar os produtos mais favorecidos pelo crédito. Essas culturas seriam consumidoras de insumos e fornecedoras de produtos a serem industrializados, desempenhando um papel relevante, também, no mercado interno.³⁸ Portanto, houve um investimento maior nos produtos voltados para a exportação e/ou agroindustrializáveis em detrimento da pequena produção, responsável pelos gêneros de primeira necessidade.

³⁵ Cf., por exemplo, OPINIÃO... O custo de vida. *Correio de Uberlândia*. Ano XXXVI, n° 11.874, 24/10/1972, p. 02. DONA de casa está ficando assim ante o custo de vida. *Correio de Uberlândia*. Ano XXXIX, n° 12.405, 19/03/1975, p. 01. Obs.: ao lado dessa matéria havia a foto de uma mulher, a qual representaria uma dona de casa com uma expressão de aflição, beirando à loucura.

³⁶ SALÁRIO mínimo atual é menor que o de 1970. *Correio de Uberlândia*. Ano XL, n° 12.645, 10/03/1976, p. 06.

³⁷ Cf., ROMEIRO, A. R., op. cit., p. 123-124.

³⁸ GUEDES PINTO, L. C., op. cit., p. 183.

Parece haver um certo consenso entre os autores que analisam o período em relação ao êxito obtido pelo projeto governamental, no que se refere à expansão dos investimentos realizados no setor agropecuário, apesar da queda registrada no final dos anos 70. No entanto, as críticas lançadas à política creditícia denunciam a discriminação presente na distribuição dos recursos destinados aos financiamentos rurais.

No que se refere a esse quadro de falta de equidade na distribuição do crédito, tratamos do aspecto da marginalização dos produtos destinados ao abastecimento interno. Ao lado desse tipo de discriminação, nos deparamos com denúncias de privilegiamento dos grandes proprietários de terras.³⁹

Segundo Guedes Pinto, uma das formas de se evidenciar tal privilegiamento seria comparando o valor do financiamento por área cultivada e o valor da produção por estrato de área, com base nos censos agropecuários do IBGE de 1970 e 1975. Dessa maneira, observou-se que em 1975 as pequenas propriedades (até 10 ha) recebiam 200 cruzeiros por hectare de área de lavoura e aquelas com até 100 ha obtinham 631 cruzeiros. No mesmo ano, as grandes propriedades com mais de 10.000 ha eram contempladas com 3.143 cruzeiros e as classificadas acima de 1.000 e com menos de 10.000 ha recebiam 1.654 cruzeiros.⁴⁰

Sr. Paulo Ferolla da Silva⁴¹, grande proprietário rural, nasceu em Formiga-MG. Em 1941 o seu pai que era bancário, depois de algumas transferências, foi enviado para Uberlândia, para onde mudou-se com a família. Portanto, o nosso entrevistado que estava com 70 anos quando nos prestou esse depoimento passou a morar na cidade e em alguns municípios vizinhos desde a sua infância. Nos final dos anos de 1950, já havia se casado e começou a investir em terras e nas atividades rurais. Anteriormente, dedi-

³⁹ Cf., por exemplo, FINANCIAMENTO para o pequeno produtor. *Correio de Uberlândia*. Ano -, nº -, 04/07/1974, p. 04.

⁴⁰ GUEDES PINTO, L. C., op. cit., p. 143-145.

⁴¹ Sr. Paulo Ferolla da Silva, 70 anos, casado, proprietário rural (grande) em entrevista realizada no dia 04/02/2002, na sua residência em Uberlândia.

cou-se à atividades urbanas. Foi bancário por sete anos, depois trabalhou um período como corretor de imóveis e, posteriormente, possuiu uma beneficiadora de arroz na cidade de Capinópolis.

Em 1958 voltou para Uberlândia onde abriu uma loja no ramo de veículos e peças e ainda manteve, por um tempo, a beneficiadora em Capinópolis. Ainda, em 1958 comprou o seu primeiro pedaço de terra de 40 hectares nas proximidades de Uberlândia, o que para o nosso depoente – *foi um feito notável... Porque desde menino eu sonhava em ser fazendeiro, trabalhar em fazenda, ser produtor rural, sempre fui encantado com isso.*⁴² A família do pai do entrevistado vivia no campo, e dessa forma teve contato com a vida no meio rural.

No período de 10 anos (de 1958 a 1967), o sr. Ferolla investiu parte dos seus lucros das atividades urbanas em terras e foi ampliando o seu patrimônio até comprar uma propriedade de aproximadamente 4.700 ha, na região de Uberaba, MG. Com isso, foi encerrando as atividades urbanas para investir na pecuária de corte. Nas outras propriedades menores que possuiu também trabalhou com gado. Sempre exerceu o papel de administrador das suas terras, possuindo muitos empregados para realizar os serviços necessários.

No final dos anos de 1980, o depoente dividiu parte de suas terras com os filhos, doando aproximadamente 720 hectares para cada um, ficando com um pouco mais de 2500 ha. Em 2002, declarou que possuía 1.600 ha que restaram da propriedade repartida com os filhos, entre os municípios de Uberlândia e Uberaba, e adquiriu mais 720 hectares no Estado de Goiás. Nenhum dos filhos obteve sucesso com as atividades agrícolas e acabaram vendendo as terras, voltando-se para outras ocupações na cidade.

O nosso entrevistado já foi prefeito de Uberlândia nos anos de 1990 e sempre fez parte das diretorias do Sindicato Rural da cidade, desde a década de 1950, assim como foi um dos fundado-

⁴² Sr. Paulo Ferola da Silva.

res da CALU. Declarou ter concluído somente o Ensino Médio, mas possibilitou aos filhos uma formação superior, sendo um deles médico veterinário.

O sr. Ferolla apresentou a sua visão a respeito da política de financiamentos dos anos de 1960 e 1970, traçando um paralelo com os dias atuais:

Fiz outros financiamentos, tem, sempre fiz, ultimamente eu tenho financiamento do banco. Tenho de custeio rural. Faço de custeio, é ajuda. Mas esse crédito, anteriormente, foi muito mais fácil, ele era muito mais amplo. Ele dava cobertura a praticamente todas as áreas da atividade produtiva rural quer seja de pecuária, ou de grãos, ou de fruticultura. De tudo você tinha crédito, pra aquilo que você quisesse produzir. Hoje, as limitações tão enormes, não é? Às vezes, você tem a Linha de Crédito, mas não tem recurso, então, as dificuldades estão muito grandes...⁴³

Percebemos um certo contraste entre a fala desse proprietário e a do sr. Vivaldo. O sr. Ferolla afirmou que sempre utilizou-se dos financiamentos rurais, usufruindo dos fartos benefícios oferecidos pelo governo. No entanto, o sr. Vivaldo vivenciou o outro lado do crédito, o qual representava um risco que ele não poderia correr.

Para os pequenos agricultores as exigências de garantias impostas pelos bancos, responsáveis pela concessão de financiamentos, constituiu-se num grande obstáculo para a aquisição desses recursos. Eram solicitadas a terra e a produção agropecuária (hipoteca do imóvel e penhor agrícola), assim como o aval como garantia pessoal.

De acordo com Sorj, no caso de parceiros e arrendatários, a questão tornava-se ainda mais complicada. Necessitava-se de uma autorização (carta de anuência) dos proprietários das terras para solicitar o empréstimo. Dificilmente esses lavradores conseguiam essa carta, pois os proprietários tinham interesses em financiá-los cobrando taxas de juros superiores ao bancário. Ao lado disso,

⁴³ Sr. Paulo Ferolla da Silva.

a excessiva burocracia presente nas operações bancárias gerava muitas despesas como, por exemplo, de locomoção até a agência, contribuindo para desestimular o pequeno agricultor.⁴⁴

Sayad afirmou que essas dificuldades impostas pelas exigências dos bancos, no que concerne à concessão dos empréstimos agrícolas, devem ser entendidas dentro do contexto de uma atividade financeira de risco.

*Bancos e agentes financeiros, em geral, precisam ser extremamente conservadores na política de distribuição de empréstimos, exigindo informações cadastrais, propriedade de bens imóveis, conhecimento e confiança. Este tipo de comportamento é intrínseco à atividade financeira e faz parte da boa administração de uma carteira de empréstimos.*⁴⁵

Nesse sentido, o autor destacou que essa natureza das operações bancárias e financeiras seria um dos fatores a ser considerado para se entender a concentração dos financiamentos entre os grandes proprietários rurais e as culturas de exportação ou mais dinâmicas.

Acreditamos que as garantias solicitadas pelas entidades financiadoras representaram uma barreira para o pequeno agricultor que, na maioria das vezes, não tinha como apresentá-las. No entanto, sabemos que a minoria privilegiada, isto é, os grandes proprietários exerceram forte influência política junto aos grupos que pressionavam o governo e definiam as diretrizes econômicas do país.

Deve-se acrescentar, ainda, que havia indicativos de total desconhecimento por parte da maioria dos agricultores brasileiros a respeito da política de financiamentos. Em 1981, o Banco do Brasil concluiu uma pesquisa que buscou levantar o percentual

⁴⁴ SILVA, José Francisco. Conferências publicadas pela CONTAG, [s/d]. Citado em SORJ, B., op. cit., p. 88.

⁴⁵ SAYAD, João. *Crédito rural no Brasil: avaliação das críticas e das propostas de reforma*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1984, p. 103-104.

daqueles agricultores que conheciam e usavam os financiamentos disponibilizados para o setor. Afirmou-se que os resultados teriam sido decepcionantes, pois *a grande maioria dos produtores rurais jamais ouvira falar dos mecanismos de financiamento à agricultura, generosamente lubrificados pelo juro subsidiado*.⁴⁶

Salazar, no seu estudo acerca do processo de modernização da agricultura no município de Uberlândia, observou que somente 300 estabelecimentos rurais até 1975 teriam recorrido ao crédito. Segundo a autora, esse número poderia ser considerado reduzido, tendo em vista a renovação significativa do processo produtivo na região no mesmo período.⁴⁷

Apesar de todas as denúncias e críticas a respeito da distribuição desigual do crédito agrícola, não podemos desconsiderar alguns casos de pequenos e médios agricultores que vieram a se beneficiar dessa política, mesmo que representem uma minoria. Ou melhor, é interessante perceber como os mesmos enfrentaram os obstáculos apresentados, respeitando as diversidades incorporadas a essas vivências.

Sr. José Fernandes Peixoto, pequeno proprietário rural, casado, estava com 70 anos na data da entrevista. Primeiramente, o nosso depoente teve uma propriedade de 82 hectares num local conhecido como “Pau Furado”, na estrada velha indo para o município de Araguari, que fazia parte da herança deixada por sua mãe. Produziu arroz e milho nos anos de 1960 nessas terras e tinha um pouco de gado.

Em 1976, ele vendeu a propriedade próxima à Araguari e juntamente com uma herança recebida por sua esposa comprou 92

⁴⁶ CRÉDITO Rural: mito e realidade. *Correio de Uberlândia*. Ano 44, n° 13.140, 20/05/1981, p. 02.

⁴⁷ PESSÓA, Vera Lúcia Salazar. *Características da modernização da agricultura e do desenvolvimento rural em Uberlândia*. Rio Claro, Dissertação (Mestrado), IGCE/UNESP, 1982, p. 90. A autora trabalhou basicamente com dados dos Censos Agropecuários do IBGE dos anos de 1920, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1975, ao lado de entrevistas realizadas com 100 proprietários rurais (questionário bem objetivo) nas proximidades de Uberlândia, representando 6% das propriedades do município nos anos da pesquisa.

hectares nas proximidades de Uberlândia, a mesma que mantém até os dias atuais. Nesta propriedade dedicou-se a criação de gado leiteiro, tirando aproximadamente 90 litros de leite por dia que são vendidos para a CALU. Na década de 70 disse que produzia um pouco mais. Inicialmente, cultivou arroz durante uns quatro anos, mas depois desistiu devido ao baixo rendimento dessa lavoura. Produziu e continua plantando banana nas suas terras.

Sempre morou em Uberlândia, deslocando-se todos os dias para o sítio. A estrutura de trabalho foi em parte familiar, contando com o auxílio de um caseiro para tomar conta da propriedade e dedicar-se às atividades diárias. Nos momentos que havia mais serviço admitia-se algum ajudante. Há alguns anos, o sr. José passou a administração do seu sítio para um dos filhos, devido à idade avançada.

É associado ao Sindicato Rural de Uberlândia. Diz ter alcançado grande parte dos seus objetivos por meio das atividades rurais, principalmente, no que se refere ao encaminhamento dos três filhos. Todos moram em Uberlândia. O mais velho que ajuda a cuidar do sítio é formado em Economia e trabalha no Sindicato. A filha do meio é mestranda em Biologia. O caçula graduou-se em Educação Física e montou uma escola de natação.

Sr. José afirmou ter feito alguns financiamentos em momentos que acreditou ser importante para a expansão das suas atividades. Com esses empréstimos investiu na compra de rebanho bovino e na instalação de energia elétrica no seu sítio. O entrevistado enfatizou que não teve receio de recorrer ao crédito agrícola, pois na ocasião (anos 60 e 70) foi um bom negócio: *Não nunca tive receio não. Nessa época achava que era muito favorável fazê esses financiamentos. O juro era muito barato, 6% ao ano... E sempre conversava com algum produtor que fazia e eu decidi a fazê também.*⁴⁸

⁴⁸ Sr. José Fernandes Peixoto, 70 anos, casado, proprietário rural (pequeno) em entrevista realizada em 25/11/2001, na sua residência em Uberlândia.

A partir dessa fala, devemos questionar o porquê dessa postura diferente daquela apontada pelo sr. Vivaldo sobre os financiamentos rurais, sendo que os dois agricultores compartilharam problemas comuns referentes à pequena produção.

Para nós, a compreensão em torno dessa divergência estaria relacionada às trajetórias de cada agricultor, assim como às escolhas individuais. Primeiramente, é importante esclarecer que o sr. José exerceu uma atividade paralela à produção agropecuária durante aproximadamente nove anos (mais ou menos de 1978 a 1987). Ele explicou-me que transportava leite para a CALU (Cooperativa Agropecuária de Uberlândia): *eu era leiteiro*. Essa atividade garantiu-lhe um ganho extra e maior segurança financeira para investir na produção.

Ao lado disso, o sr. José, dentre os outros três pequenos proprietários entrevistados, foi aquele que possui e possuía a maior propriedade, ou seja, a primeira com 82 hectares e a outra com 92. É importante ressaltar essa condição, pois uma maior extensão de terra proporciona vantagens no sentido de se expandir a produção, podendo garantir uma maior rentabilidade. Grande parte dos financiamentos foi adquirida para ser investida na sua primeira propriedade. Esse período (primeira metade dos anos de 1970) correspondeu à fase de maiores subsídios concedidos pelo governo nas transações de crédito rural.

Portanto, esse entrevistado apresentava condições para cumprir as garantias exigidas pelo Banco, mas ao mesmo tempo, temos que destacar a sua opção individual de correr esse risco. Como outros pequenos agricultores, ele poderia enfrentar dificuldades para cobrir os empréstimos contraídos. No entanto, ele optou por recorrer ao crédito.

Uma questão que de alguma forma contribuiu para essa decisão, embora não possamos mensurar a relevância da mesma, seria o fato desse agricultor sempre ter morado em Uberlândia. Ele narrou que residia na cidade, deslocando-se bem cedo todos os dias para o sítio. Disse, ainda, que almoçava em casa e retornava ao campo, onde permanecia até o final do dia. A vida na cidade proporcionava certas comodidades como, por

exemplo, um fácil acesso à rede bancária. Sr. José afirmou que sempre ia ao Banco do Brasil pagar as contas de casa e aproveitava para se informar a respeito das condições de financiamento.

O sr. Antônio, proprietário de porte médio citado anteriormente, teceu vários elogios à política de crédito rural do período analisado:

Era muito importante o financiamento pr'o produtor. Era uma ajuda boa que o Governo dava na época. Ajuda assim, em termos de, porque os juros sempre foi razoável né, e acudia as necessidades nas horas certas. E sempre o produto no final da colheita tinha um bom valor e dava pra você cobrir as despesas e ainda sobrava, pagava o financiamento e ainda sobrava.⁴⁹

Esse proprietário alegou ter prestado serviços em outros estabelecimentos agrícolas, como empreiteiro e arrendatário e, dessa forma, teria conseguido aumentar os seus rendimentos e expandir a sua propriedade. Como já foi destacado, ele disse que começou com 200 e poucos hectares, no início dos anos de 1960 e, atualmente, possui setecentos e tantos.

Um outro aspecto importante, no que se refere aos financiamentos, seria a mudança no tipo de produção adotada pelo sr. Antônio. Ele afirmou ter iniciado suas atividades na agricultura com produtos básicos: milho, arroz e feijão. Mas, a partir dos anos de 1970 teria migrado para a pecuária leiteira e de corte. Sua explicação para essa mudança foi o fato de terem surgido novas culturas, dentre elas a soja, tornando a produção de alimentos básicos menos rentável. Portanto, esse “bom valor” dos produtos que “pagava o financiamento e ainda sobrava” deve ser entendido nesse contexto anterior.

Uma reelaboração comum a todos os entrevistados que recorreram ao crédito foi a ênfase nas facilidades (subsídio e juros negativos) e na abundância de recursos disponíveis nesse período analisado. Ao lado disso, todos fizeram uma comparação com

⁴⁹ Sr. Antônio José de Almeida.

os anos posteriores até os dias atuais ressaltando as dificuldades para se recorrer ao financiamento rural: *Hoje a gente faz forçado né, pra não usar o particular. O produtor tá muito sacrificado do que era há muito tempo. Mesmo com a melhora da tecnologia, não está paralelo ao que era nessa época.*⁵⁰

Ao lado das questões esboçadas, é interessante destacar que o crescimento da produtividade agrícola como foi previsto na legislação do SNCR teria sido alcançado, entretanto, não correspondeu ao crescimento do volume de crédito distribuído. Segundo Gonçalves Neto, o investimento foi bem maior do que o retorno apresentado.⁵¹

Dentre as denúncias de discriminações atribuídas a essa política agrícola modernizadora apoiada, sobretudo, no Sistema Nacional de Crédito Rural, devemos mencionar, ainda, um privilégio regional e um grave problema de desvio dos empréstimos concedidos aos agricultores.

Guedes Pinto avalia, por meio da análise de vários dados, que as regiões Norte e Nordeste foram as mais prejudicadas em termos de percentual de participação no financiamento agropecuário. O Sul e o Sudeste foram os mais favorecidos e o Centro-Oeste conseguiu obter um percentual regular.⁵²

Foram descobertos vários casos de irregularidades no tocante à aplicação do crédito rural. Grande parte desses recursos teria sido desviada para as atividades urbanas ou para a compra de terras. Esses desvios foram reconhecidos, inclusive, pelos técnicos do governo. No início dos anos de 1980, havia algumas críticas a essas denúncias dos desvios, pois acreditava-se que o governo estaria utilizando-as como um forte argumento para a retirada dos subsídios conferidos aos financiamentos.⁵³

⁵⁰ Sr. Antônio José de Almeida.

⁵¹ Cf., GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980*. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 167.

⁵² GUEDES PINTO, L. C., op. cit., p. 165-172.

⁵³ DENÚNCIAS de irregularidades nos financiamentos agrícolas. *Correio de Uberlândia*. Ano 45, n° 13.486, 07/10/1982, p. 02.

Uma outra questão interessante a ser discutida é o significado da energia elétrica dentro desse projeto modernizador. A maior parte dos entrevistados disseram que recorreram a financiamentos para colocar energia elétrica nas suas propriedades. Acreditamos relevante destacar uma das propagandas governamentais lançadas nesse sentido.



6 “Jorge, o melhor lugar do mundo é a terra onde você nasceu. Agora mais do que nunca”. In: *Correio de Uberlândia*, ano XLI, nº 12.550, 05/01/1979, p. 07.

6 Em 1976, a ELETROBRÁS iniciou um dos maiores programas de eletrificação rural do mundo. De lá para cá, a energia elétrica já atingiu 1.222 municípios, beneficiando 82.700 proprietários rurais, em todas as regiões do Brasil. E o esforço continua para que, até 1979, 200.000 propriedades estejam eletrificadas. Jorge, você nem imagina o que isso representa para a vida no campo! Com a energia elétrica, você pode contar com as bombas d'água, as picadeiras e ensiladeiras, os misturadores e transportadores de ração, as máquinas de ordenha e de resfriamento do leite etc... além dos moinhos, cercas e ferramentas elétricas. Trabalhar na roça vai ser muito mais fácil e muito mais produtivo. E vai render muito mais dinheiro, também. E não é só no trabalho que a vida vai mudar! Com a eletricidade, você vai poder ter em casa o mesmo conforto das casas da cidade: luz elétrica, geladeira, liquidificador, enceradeira etc. Sua família vai poder ajudá-lo durante o dia e estudar a noite, pois a luz elétrica garantirá a abertura de inúmeras escolas noturnas de alfabetização. E as suas horas de descanso vão ser muito mais divertidas com as atrações do cinema e da televisão. Jorge, com todas essas vantagens, você nunca mais vai querer morar na cidade. Vai preferir ficar em sua terra ligado às suas origens e à sua verdadeira vocação. E quanto mais pessoas pensarem como você, mais o interior vai crescer, contribuindo para o seu próprio progresso e o do Brasil.

O ponto mais forte a ser destacado nessa propaganda é a tentativa de se convencer a população rural em torno das facilidades e conforto que teria com a instalação da eletricidade no cam-

po. Dessa forma, não haveria motivos para as pessoas migrarem para as cidades em busca desses bens materiais, pois isso seria possível nas suas terras.

Não podemos ignorar o fato de que o dia-a-dia no campo sem eletricidade é penoso. A começar pela iluminação precária à base de lamparinas e lampiões à gás. A impossibilidade de se ter um chuveiro elétrico, uma geladeira para conservar os alimentos, uma bomba para puxar água das cisternas. Tenho várias recordações da minha infância, grande parte vivenciada no sítio de meu avô paterno, em torno dessas dificuldades. Sabemos que as pessoas criavam as suas alternativas, como por exemplo cozinhar a carne e conservá-la imersa na gordura suína, no entanto, tudo isso era muito precário e sofrido. Lembro da vontade que tínhamos de poder ter uma televisão para nos distrair. Sem a eletricidade isso tudo só poderia ser oferecido pela vida nas cidades.

Ao lado dos problemas enfrentados para se manter a partir da produção rural, da marginalização e da exclusão promovidas pela política agrícola modernizadora, não podemos deixar de observar que esse aspecto do conforto a ser buscado nas cidades encantava grande parte da população que vivia no campo.

O sr. Itaimor disse que participou do primeiro grupo de eletrificação rural na região de Uberlândia, no final dos anos de 1950 e início dos 60. Ele sempre considerou importante estar informado e buscar ter acesso às novas tecnologias disponíveis. Em relação à energia declarou:

Foi quase tudo financiado. Toda vida, eu sô a favor da evolução... Desde a energia particular, quando eu morava na Sucupira, isso é ano cinqüenta, mais ou menos. Em sessenta, setenta eu tinha uma fazenda aqui, eu puxei a luz. Quando era a Companhia Prada, eu puxei energia aqui na fazenda. Então, eu já tinha televisão, eu já tinha as coisa mais evoluída.⁵⁴

⁵⁴ Sr. Itaimor Fernandes dos Santos, 62 anos, casado, proprietário rural (médio) em entrevista realizada na sua casa em Uberlândia, no dia 04/12/2002.

O nosso entrevistado é um proprietário rural de porte médio, casado e estava com 62 anos quando nos concedeu o seu depoimento. Desde os oito anos de idade ajudava nos serviços rurais: *Nasci lá, ajudava tirá leite, toda vida fui da fazenda*. Disse que possui uma das propriedades (indo para Araguari) que cuida pessoalmente, desde os anos de 1960. Uma parte da mesma teria sido herança paterna.

A outra propriedade, mais próxima à Uberlândia, é administrada por dois dos filhos de seu Itaimor. O terceiro filho é médico e os outros dois concluíram o Ensino Médio, optando pelas atividades rurais. O depoente disse que cursou apenas o Ensino Fundamental.

Somando-se as duas propriedades o entrevistado disse possuir 400 hectares de terra. Uma pequena parte foi herança e o restante foi comprado por ele mesmo ao longo dos anos 60 e 70. Morou até aproximadamente os 40 anos de idade na sua propriedade, ou seja, até a década de 80. Parte desse período com os pais e o restante com a esposa e os seus filhos. A estrutura de trabalho quando morava na fazenda foi parcialmente familiar, sempre contando com dois ou três ajudantes. Atualmente, tem dois vaqueiros morando e cuidando da propriedade que ele administra. Ele desloca-se até a mesma, praticamente todos os dias, para orientar os serviços.

O sr. Itaimor sempre trabalhou predominantemente com pecuária, visando a venda do rebanho. Plantou um pouco de milho, arroz e feijão em momentos de descanso da pastagem, vendendo aquilo que sobrava após o consumo familiar. Na propriedade administrada pelos filhos cultivava-se arroz, soja e milho.

Ele foi associado à CALU por muitos anos, compondo a diretoria da entidade nos anos de 1990. Desligou-se da Cooperativa há uns quatro anos, pois a mesma não estava dando um retorno satisfatório. É, também, associado ao Sindicato Rural de Uberlândia.

Diferentemente do sr. Antônio, o nosso outro proprietário entrevistado considerado de porte médio, o sr. Itaimor não se beneficiou da política oficial de crédito agrícola:

Era muito difícil pra gente adquirir, na época ocê mexê com Banco era difícil demais, só tinha facilidade os pexinho lá de dento, eu não tinha não... causa que o home falava pra gente: -' depois cê vorta, depois cê vorta'... Tinha [um grande produtor tinha mais facilidade]. Chegava lá [no Banco do Brasil], eles chegava [grande produtores], passava e ia lá, sentava, e ocê ficava lá numa fila, sentado: -'volta amanhã, volta depois...' , ah tenha paciência.⁵⁵

Sendo dessa forma discriminado, o depoente disse que teve que recorrer a empréstimos em bancos particulares, pagando juros bem mais altos do que os estabelecidos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural.

Ao finalizar, gostaríamos de chamar a atenção para as dificuldades em se sobreviver da atividade rural atualmente, dentro dessa estrutura de hegemonia dos complexos agroindustriais.

Em muitos casos, os produtores rurais acabam submetendo-se a uma relação de dependência em que os preços, financiamentos e infra-estrutura são controlados por essas indústrias. Um plano de governo para o campo deve considerar essa nova dinâmica presente nas relações produtivas, inclusive quando se pensa em reforma agrária. As famílias a serem assentadas necessitam de assistência financeira e de orientação técnica, para além de um pedaço de terra.

Com o passar dos anos, o “antigo” complexo rural: uma propriedade auto-suficiente, com horta, pomar, produção alimentar e colonos transformou-se no “moderno” complexo agroindustrial. Esse novo complexo apresenta uma agricultura especializada voltada para o cultivo de um único produto com utilização em larga escala de inovações tecnológicas, mão-de-obra assalariada e uma produção adequada à demanda agroindustrial.

Por fim, esperamos que esse nosso trabalho possa contribuir, de alguma forma, para refletirmos acerca da realidade rural brasileira. Pensando, sobretudo, no dinâmico processo das relações sociais constituídas entre campo e cidade.

⁵⁵ Sr. Itaimor Fernandes dos Santos.